DISCURSO SOBRE A FORMAÇÃO DO SURDO NA SOCIEDADE BRASILEIRA EM REDAÇÕES DO ENEM

DISCOURSE ON THE EDUCATION OF THE DEAF IN BRAZILIAN SOCIETY IN ENEM WRITINGS

Síria Maria Santos de Oliveira [1]
José Edson Ferreira Lima [2]

Resumo
Este artigo, por meio de princípios da Análise do discurso, reflete sobre a maneira que os alunos produziram suas Redações no Enem 2017. Foram analisadas as 09 Redações da edição de 2018 da Cartilha do Participante do Enem, e dentre essas constatamos direta e indiretamente a presença de um argumento em comum, o preconceito sofrido no âmbito educacional pelos deficientes auditivos, partindo das Condições de Produção mais amplas e o momento de elaboração das redações. Explicitando o que é o Exame Nacional do Ensino Médio, foram associados os postulados que afirmam que a função da Análise do Discurso é explicar os caminhos do sentido e os mecanismos de estruturação do texto, porque o texto produz sentido (Florêncio, 2016). Mediante as reflexões realizadas foi possível perceber a presença da formação histórico-ideológica para o embasamento argumentativo dos candidatos e sua perspicácia para tratar de um tema peculiar para a educação brasileira. Constatamos ainda que a utilização do interdiscurso contribui para que o candidato alcance um bom desempenho, visto que tal categoria viabiliza toda a estruturação do texto.

Palavras-chave: Enem. Análise do discurso. Argumento

Abstract
This article, through the principles of Discourse Analysis, reflects on the way students produced their essays in the 2017 Enem. It were analyzed 09 essays of 2018 edition of the Enem Participant's Booklet, and among these we found a directly and indirectly presence of a common argument, the prejudice suffered in the educational environment by the hearing impaired, starting from the broader Production Conditions and the time of writing the essays. Explaining what the National High School Exam is, it were analyzed the postulates that defends the function of Discourse Analysis is to explain the paths of meaning and the structuring mechanisms of the text, because the text produces meaning (Florêncio, 2016). Because of the reflections carried out, it was possible to perceive the presence of the historical-ideological formation for the argumentative basis of the candidates and their perspicacity to deal with a peculiar theme for Brazilian education. It was still found that the use of interdiscourse contributes to the candidate achieving a good performance, since this category enables the entire structuring of the text.

Keywords: Enem. Discourse of analysis. Argument.

1. Introdução

Levando em consideração conceitos relevantes para a Análise do discurso, queremos refletir a respeito da manifestação linguística que é produzida em Redações do Enem no ano de

[1]Pós-graduanda do Curso de Linguagens e práticas sociais pelo Instituto Federal de Alagoas. siria.oliveira14@hotmail.com
[2] Mestre e doutorando em Linguística pela Ufal. Edson.lima@proginst.ufal.br

Revista Língua & Literatura, v. 24, n. 43, p. 113-128, jan./jun. 2022.
Recebido em: 12 jan. 2022. | Aceito em: 20 maio. 2022.

2017, dando especial atenção às ideias que perpassam a argumentação e estruturam as ideologias existentes em cada discurso analisado. Consideramos o dito para além do que é verbalizado, bem como as concepções transmitidas por meio da linguagem.

Como o próprio nome já sugere, a Análise do discurso possui como objeto de estudo o discurso não apenas encerrado em si mesmo, mas através das condições que perpassam e possibilitam sua construção. Fundamentada por Michel Pêcheux, na França, no final da década de 60, teve início, no Brasil, a partir da década de 80. Evidencia-se a importância desta reflexão a partir do entendimento de que o objeto de estudo da linguagem não deve se limitar apenas à língua, mas também ao discurso.

Ainda segundo Pêcheux (1988, p. 60), o sentido "não pertence à própria palavra, não é dado em sua relação com a 'literalidade do significante'; ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e preposições são produzidos." De acordo com Florencio (2016, p. 25) "A função da Análise do Discurso (doravante AD) é explicar os caminhos do sentido e os mecanismos de estruturação do texto, porque o texto produz sentido." As palavras, embora podendo conter significados transituacionais, produzem sentidos específicos, quando utilizados em diferentes posições ideológicas.

É necessário considerar as categorias que envolvem a construção do discurso, tais como as condições de produção, a formação discursiva, interdiscurso, intradiscurso, pré-construído, memória etc. Nesta linha de compreensão teórica não há um sentido único, mas sentidos diversos que estão além das manifestações. É fundamental aqui enxergar o papel da categoria das condições de produção amplas, que aqui são consideradas a partir de como se constitui historicamente a educação de surdos ao longo dos anos, bem como as condições diretas que constituem a formulação do discurso no momento em que é produzido. (...) Para Orlandi (2001, p. 47) "É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos".

Segundo Moreira, (2017, p. 77) "Para a AD a língua não é percebida como um sistema fechado em si mesmo, isolado e histórico, ao contrário, ela é estrutura e acontecimento". Sendo assim, se faz necessário buscar entender os conceitos de linguagem dentro do discurso e das ideologias que estão em seu entorno.

> "...a ideologia é determinada historicamente em dois sentidos: o primeiro, pelo aspecto de fazer com que a ideia de uma classe, ou de grupos distintos, seja percebida e absorvida como uma unidade, uma vontade geral e o interesse de todos. A ideologia materializa-se na palavra, essa que se transforma em discurso". (MÉSZAROS, 2004, p. 91) (Linguagem, Discurso e ideologia)

Revista Língua & Literatura, v. 24, n. 43, p. 113-128, jan./jun. 2022.
Recebido em: 12 jan. 2022. | Aceito em: 20 maio. 2022.

No que diz respeito à expressividade de uma mensagem, esta se manifesta a partir da junção entre algumas circunstâncias, que como afirmam [...] "O discurso se produz na relação entre língua, história e ideologia, se constitui numa práxis social efetivada por um sujeito historicamente determinado e submetido a um código linguístico". (MÉSZAROS 2004, p. 92)

2. Condições de produção

Uma vez situados na reflexão a respeito do discurso, pensemos a partir de então nas condições de produção que alavancam os principais pontos de vista acerca da temática observada: a educação de surdos e seu histórico percurso na realidade brasileira.

Em 1857, foi fundada a primeira instituição federal de ensino para surdos – Instituto Nacional de Educação de surdos – INES, estabelecendo o início do percurso educacional de surdos no Brasil. Não dá para pensar em educação de surdos sem mencionar a língua de sinais que faz parte da legislação vigente até os diais atuais (...). Um marco desse início no Brasil foi a chegada de um professor francês, Ernest Huet, trazido por Dom Pedro II, cujo papel foi fundamental para toda a história educacional em evidência.

Sabemos que desde tempos remotos, pessoas com algum tipo de deficiência eram discriminadas, segregadas e até mesmo sacrificadas por serem consideradas incapazes e impossibilitadas de viver em sociedade. Entre os gregos e os romanos, por exemplo, já existia essa forma de preconceito, que é a principal realidade aqui observada. Questionamentos como quando e onde surgiu esta forma de posicionamento são pilares para esta reflexão.

De acordo com Garbe (2012, p. 96) no passado, "[...] a deficiência física era definida como algo demonizado, julgado como uma punição, uma consequência de culpa. A deformação ou a falta produzia os segregados, marginalizados e discriminados". Nitidamente percebemos a gravidade do problema, pessoas deficientes eram vistas como não merecedoras, como incapazes de conviver em sociedade e, consequentemente, eram excluídas de maneira desumana.

Observando o percurso histórico da educação de surdos no Brasil, iniciamos a partir da própria Constituição cidadã de 1988 que garante através da Lei, em seus artigos 205 e 208, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, educação inclusiva ao deficiente. Outros aspecto relevante que integra a educação de surdos, mais precisamente falando, é o surgimento da Língua brasileira de sinais – LIBRAS – que possui raízes linguísticas na França,

Revista Língua & Literatura, v. 24, n. 43, p. 113-128, jan./jun. 2022.
Recebido em: 12 jan. 2022. | Aceito em: 20 maio. 2022.

e não em Portugal, como nossa língua portuguesa oral. O alfabeto manual em Portugal, assim como a Língua Gestual, é bastante diferente da Libras.

Com a chegada do professor francês Hernest Huet no Brasil, este sendo surdo, o objetivo de iniciar uma escola para surdos se concretizou: 26 de setembro de 1857 passa a ser uma data marcante em nosso país, pois neste dia é fundado o INES na cidade do Rio de Janeiro.

> A escola do INES era o ponto de convergência e referência dos professores de surdos e dos próprios surdos da época. Eles usavam a língua de sinais francesa, trazida por Huet, e misturavam com a existente no país. Esta mistura originou mais tarde a língua brasileira de sinais – Libras, que usamos hoje. Assim como as línguas orais, as línguas de sinais se constituem a partir de outras existentes. (MORI & SANDER, 2015, p. 10)

A evolução aos poucos vai acontecendo, com a filosofia educacional chamada de Comunicação Total advinda dos Estados Unidos como uma forma de aprimorar a educação dos surdos, que de certa forma impulsiona todas as formas de comunicação, dentre elas os sinais, que mais tarde se torna uma língua oficialmente.

3. Sobre o Exame Nacional do Ensino Médio

Desde sua concepção, em 1998, a prova de redação faz parte do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). No documento de base do exame, foi estabelecido que a proposta de redação deveria apresentar "um tema de ordem social, cultural ou político para ser debatido pelo aluno em forma de um texto dissertativo/argumentativo" (INEP, 1998, p. 12). Nesse período, a redação era avaliada de maneira isolada em relação à prova objetiva, embora ambas valessem 100 pontos. A nota da produção textual era calculada a partir de cinco critérios, que correspondiam às cinco Competências da Matriz do Enem, as quais possuíam pesos diferentes na avaliação.

Em 2009, com a mudança de formato do exame, a prova de redação também sofreu ajustes e ganhou mais notoriedade ainda. Contudo, no que tange à sua avaliação, a redação continuou sendo corrigida de maneira mais convencional, com a possibilidade de a nota variar entre zero e mil pontos, com base nos cinco critérios pautados nas Competências da Matriz de Referência para a redação do Enem.

Atualmente, a produção textual, exigida no Enem, possui grande peso na avaliação do candidato que se submete ao exame, com a intenção de ingressar em um curso de graduação em instituição pública ou privada. A proposta de produção textual possui um comando padrão.

Revista Língua & Literatura, v. 24, n. 43, p. 113-128, jan./jun. 2022.
Recebido em: 12 jan. 2022. | Aceito em: 20 maio. 2022.

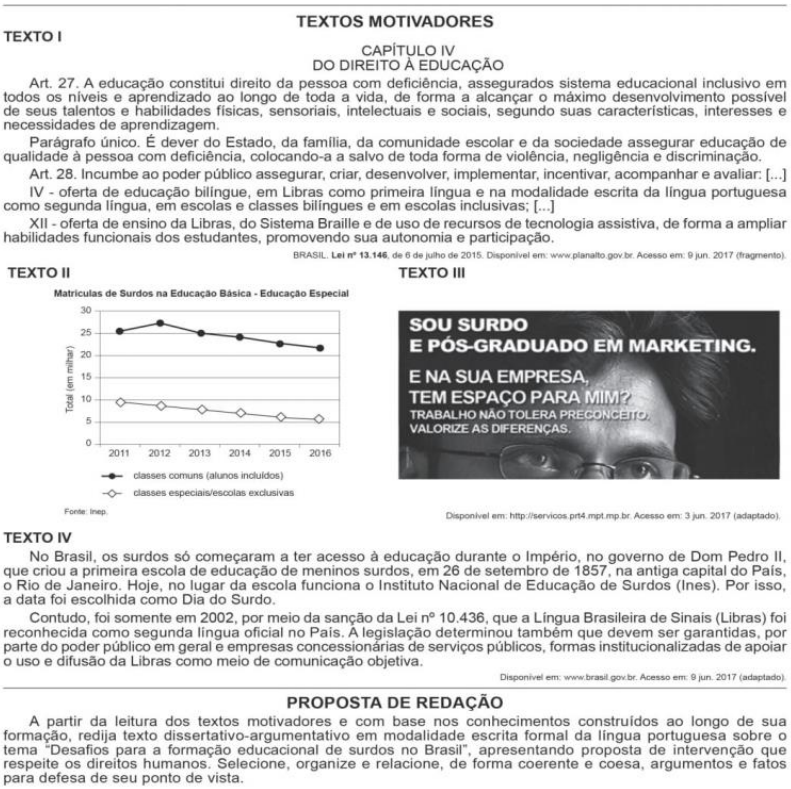
O comando da produção textual, localizado na parte inferior da folha da proposta, orienta que o candidato leia os textos motivadores disponibilizados e os articule ao seu conhecimento enciclopédico, desenvolvido ao longo de sua trajetória escolar. Assim, os textos motivadores associados ao tema funcionam como "instigadores" da argumentação a ser elaborada pelo candidato. O comando ainda menciona a tipologia textual exigida (o texto dissertativo-argumentativo) e a modalidade de língua que deve ser empregada. O candidato, que não é surpreendido com esse comando, deve realizar a prova de redação com a consciência de que tal tipologia textual possui uma estrutura específica e que deverá se afastar dos traços da oralidade e elementos de informalidade na confecção do seu texto.

No nível do planejamento textual, há a indicação, ainda no comando da produção de texto, de que o candidato deve selecionar, organizar e relacionar de maneira coerente e coesa os seus argumentos. E, finalmente, há a exigência de que o candidato, que a essa altura da vida escolar já deverá ter desenvolvido alguma capacidade crítica acerca do contexto sociocultural em que está inserido, apresente proposta de intervenção para minimizar o problema social abordado e essa medida interventiva deve respeitar os direitos humanos. Todos os aspectos sinalizados nesse comando passam a ser avaliados por meio de Competências específicas na grade de correção do avaliador, de acordo com a Matriz de Referência do Enem.

A redação do Enem no ano de 2017 traz como tema para o texto dissertativo-argumentativo, Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil. É um tema de grande dimensão no que diz respeito à reflexão necessária aos candidatos, visto que falar de educação no Brasil exige dos mesmos um alto nível de informação, criticidade, argumentatividade.

Revista Língua & Literatura, v. 24, n. 43, p. 113-128, jan./jun. 2022.
Recebido em: 12 jan. 2022. | Aceito em: 20 maio. 2022.

Figura 1 - Proposta de Redação 2017 (INEP, 2018)



TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

CAPÍTULO IV
DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...]

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; [...]

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (fragmento).

TEXTO II

Matrículas de Surdos na Educação Básica - Educação Especial

Fonte: Inep.

TEXTO III

Disponível em: http://servicos.prt4.mpt.mp.br. Acesso em: 3 jun. 2017 (adaptado).

TEXTO IV

No Brasil, os surdos só começaram a ter acesso à educação durante o Império, no governo de Dom Pedro II, que criou a primeira escola de educação de meninos surdos, em 26 de setembro de 1857, na antiga capital do País, o Rio de Janeiro. Hoje, no lugar da escola funciona o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). Por isso, a data foi escolhida como Dia do Surdo.

Contudo, foi somente em 2002, por meio da sanção da Lei nº 10.436, que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como segunda língua oficial no País. A legislação determinou também que devem ser garantidas, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva.

Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Uma novidade na edição do Exame neste ano foi a videoprova traduzida em Língua Brasileira de Sinais (libras) que constitui um dos recursos disponíveis para o atendimento especializado a participantes com surdez ou deficiência auditiva.

No referido ano, a educação brasileira foi marcada por algumas mudanças por meio de políticas públicas, tais como a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma do Ensino Médio. Esses documentos trazem objetivos de aprendizagem comuns aos alunos de todo o país, bem como direciona a estruturação dos currículos escolares.

Fato bastante relevante na educação do país neste ano foi a Reforma do Ensino Médio, como mencionado, aprovado no Senado. A Medida Provisória 746/2016, foi aprovada pelo Senado Federal na noite de 08/02, com 43 votos favoráveis e 13 contra.

A Cartilha do Participante de 2018, disponibilizada pelo Ministério da educação (MEC), em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Diretoria de avaliação da Educação Básica (DAEB) apresenta amostras de redações que obtiveram nota máxima no exame no ano anterior. Essa cartilha serve como material de apoio e consulta para todos os candidatos, com as matrizes de referências (competências) que são exigidas na prova de redação.

Recebido em: 12 jan. 2022. | Aceito em: 20 maio. 2022.

Os textos motivadores na cartilha retratam a realidade da educação de surdos no Brasil, embasados na própria lei, quando cita os Artigos 27 e 28 da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, sobre o direito à educação da pessoa com deficiência.

4. Formação Ideológica

Segundo Pêcheux (1988, p. 166) a definição de formação ideológica constitui-se como "um conjunto complexo de atitudes e representações que não são individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras." Os discursos são elaborados a partir de circunstâncias ideológicas construídas socialmente, com relação muito próxima com a língua e a história.

A formação ideológica dos candidatos é algo que parece dialogar estreitamente com o lugar de onde se fala, da posição que ocupa, pois tais formações são representadas pelas práticas sociais concretas, viabilizando discursos que evidenciam as posições em que os sujeitos se colocam.

Segundo Orlandi, (1999, p. 42), "O sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas". Nesse sentido, ousamos dizer que os alunos que realizam as redações baseiam-se em realidades existentes e concretas da sociedade, fatos reais, repetidos ao longo do tempo, como modo de demonstrar o percurso da educação e onde encontra suas raízes, de onde vem o preconceito, a ideia que parece ser generalizada de que as pessoas com deficiência auditiva estão abaixo do esperado para seu desenvolvimento em sociedade.

Ainda conforme Orlandi (1999, p. 43) "A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada (...) determina o que pode e deve ser dito". Pensando nisso muitas verdades são ditas. No contexto das redações, tudo que é exposto constrói um significativo de informações necessárias para o desenvolvimento da proposta interventiva, visto que analisar a realidade é também possuir a capacidade de intervir na mesma. Falar em formação ideológica, portanto, é falar em formação discursiva, pois ambas se complementam. Tudo que comunicamos através do discurso, possui traços ideológicos, (...) "E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele." (Orlandi, 1999, p. 43) Aqui a ideologia é vista em sua relação direta com a realidade, a relação entre linguagem e visão de mundo, pensamento.

Revista Língua & Literatura, v. 24, n. 43, p. 113-128, jan./jun. 2022.
Recebido em: 12 jan. 2022. | Aceito em: 20 maio. 2022.

> A ideologia é uma forma consciente de responder de modo prático às carências de cada momento histórico, visando solucionar as problemáticas cotidianas, como também, questões de caráter mais geral da humanidade. (MOREIRA, 2017, P. 88)

Neste contexto associamos a formação ideológica à posição ocupada pelos candidatos, que é a de criticar a realidade educacional a partir de um discurso inerente à classe dominada da sociedade, a que necessita dos serviços prestados, da presença do governo nos investimentos educacionais, do que o mesmo tem a oferecer.

5. Interdiscurso

As relações socioeducacionais criam-se a partir da realidade existente na comunidade escolar no contexto de quem dela participa, educadores, alunos, famílias. Sabemos que os candidatos ao exame são alunos que estão no ensino médio com o objetivo de dar continuidade a sua vida estudantil e veem na prova uma chance para a concretização deste objetivo.

Ao se tratar de uma proposta tão peculiar, que é falar sobre educação e educação de surdos, os alunos são impulsionados a colocar no papel todo o seu conhecimento e visão acerca deste âmbito, fazendo uso de outros discursos que já ouviram, leram e se apropriaram. É a partir desta condição que surge o interdiscurso, uma expressão que se torna comum em determinada situação, para pessoas que falam de um assunto em comum que, nesse caso é a educação. De acordo com a proposta de escrita o candidato deve selecionar, organizar e relacionar através de argumentos coerentes e coesos fatos para defesa de seu ponto de vista. Não é surpresa então que tal escrita volte-se para a história, busque aporte de quem já possui propriedade para falar da temática, em documentos, leis etc.

De acordo com Pêcheux (2002, p. 45), "Todo discurso é índice de agitação nas filiações sócio-históricas." Nenhum discurso surge por acaso, é sempre fruto de outros discursos. É exatamente o que acontece nas redações dos candidatos do Enem, sobretudo por ser um gênero textual que exige dos candidatos embasamento, repertório sócio-cultural a respeito do referido tema. É possível presumir que há uma recorrência por parte dos candidatos, à medida que vão buscar na história o percurso da educação para as pessoas com deficiência, eles citam a realidade preconceituosa que predominava na sociedade, e consequentemente, na educação. Um exemplo é o que ocorre na sequência discursiva (doravante SD) (1), assim escrita:

Revista Língua & Literatura, v. 24, n. 43, p. 113-128, jan./jun. 2022.
Recebido em: 12 jan. 2022. | Aceito em: 20 maio. 2022.

"(...)há grandes dificuldades para garantir aos deficientes – em especial os surdos – o acesso à educação, devido ao preconceito ainda existente na sociedade e à falta de atenção do Estado à questão." (R12017)

Foi observado que desde tempos remotos o preconceito já se fazia presente na educação, isso se confirma através das evidências e da difícil trajetória que as pessoas com esse tipo de deficiência enfrentaram e ainda enfrentam em tempos atuais. Esse posicionamento se repete em todos os textos, direta ou indiretamente, como podemos observar nesses trechos:

"Além de um direito legalmente garantido, a educação para esse grupo social é sociologicamente analisada como essencial para uma sociedade tolerante e inclusiva. Entretanto, observa-se o desrespeito a essa garantia devido ao preconceito, muitas vezes manifestado pela violência simbólica, e à insuficiência estrutural educacional brasileira." (R22017)

Nesta SD (2), a candidata embasa sua fala no direito que é garantido pelo Estatuto da Pessoa com deficiência (2015) que trata da plena formação acadêmica dos deficientes auditivos, a Lei da acessibilidade, o que torna bastante produtivo seu posicionamento. Cita ainda a importância que essa garantia traz para a sociedade, uma vez que, em suas palavras, a torna mais tolerante e inclusiva. Em contrapartida, é notório que exista o desrespeito a essa garantia por causa do preconceito. Mais uma vez aqui nós podemos notar a presença do preconceito que é o tópico mais comentado pelos alunos no entorno desta temática.

"*Ademais, em muitas instituições de ensino, deficientes auditivos ainda são vítimas de xingamentos e até de agressões físicas por parte de outros alunos, ações que caracterizam o bullying. Nesse contexto, o filósofo iluminista Voltáire já afirmava: "Preconceito é opinião sem conhecimento"." (R42017)*

Na SD (3) inteligentemente o aluno utiliza uma citação filosófica para dar veracidade à sua opinião e mostrar que mesmo séculos depois, esta demonstra que atos de intolerância estão presentes na sociedade e são consequência de uma má formação moral dos indivíduos, ensinamento que não "privilegiou princípios" como a tolerância e o respeito às diferenças, segundo o candidato.

"*Paralelamente a isso, o comportamento contemporâneo, o qual prioriza o individualismo e a competição, intensifica a exclusão visto que a deficiência em questão é alvo de uma visão equivocada de incapacidade funcional. Desse modo, as implicações de uma educação que não se adapta às diferenças são visíveis.(R62017)*

A aluna inicia o parágrafo com uma máxima aristotélica – SD (4) - e utiliza conceitos que deixam subentendidos que o preconceito está presente na educação das pessoas com deficiência. Ela fala ainda da falta de integração no âmbito escolar/acadêmico e das poucas oportunidades que o deficiente auditivo encontra no mercado de trabalho. O pensamento

Recebido em: 12 jan. 2022. | Aceito em: 20 maio. 2022.

preconceituoso se concretiza quando é afirmado que a deficiência sofre uma visão de "incapacidade funcional".

> *"Em segunda análise, o preconceito da sociedade com os deficientes apresenta-se como outro fator preponderante para a dificuldade na efetivação da educação de pessoas surdas. Essa forma de preconceito não é algo recente na história da humanidade: ainda no Império Romano, crianças deficientes eram sentenciadas à morte, sendo jogadas de penhascos." (R72017)*

A aluna menciona a origem do preconceito na humanidade, na SD (5) visto como algo que não é recente, quando cita a realidade que existiu no Império Romano, os assassinatos de crianças deficientes. Constitui-se em mais um exemplo em que o aluno busca na história e em evidências, meios que colaboram na força de seu discurso.

> *(...) ainda é deploravelmente perceptível, sobretudo em países subdesenvolvidos como o Brasil, a existência de atos preconceituosos perpetrados contra essa parcela da sociedade, que são o motivo primordial para que se perpetue como difícil a escolarização plena de deficientes auditivos. (R92017)*

Para finalizar os exemplos, na SD (6) acima, a aluna menciona Esparta na Grécia antiga, abordando a intolerância que se tinha com as deficiências corpóreas. Mais uma vez mostrando o preconceito que segundo ela, deploravelmente, é o motivo primordial da difícil escolarização das pessoas com deficiência auditiva.

Não é por acaso que os textos possuem ideias em comum, como visto nos exemplos citados, é notório que através da temática do preconceito, são embasadas diversas partes da argumentação.

6. Não-dito

Acerca do Não-dito é aqui considerado o que afirma Orlandi (2007) que se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não dito, visto do interior da linguagem, pois a mesma possui esta característica de sentidos silenciados, os sentidos que se estabelecem no texto, sejam esses verbais ou não-verbais. A própria autora afirma que a linguagem possui um caráter de incompletude. "Podemos entender que todo discurso é uma resposta a outros discursos com quem dialoga, reiterando, discordando, polemizando. (...) a produção e

Revista Língua & Literatura, v. 24, n. 43, p. 113-128, jan./jun. 2022.
Recebido em: 12 jan. 2022. | Aceito em: 20 maio. 2022.

reprodução de sua existência, carrega o histórico e o ideológico dessas relações." Florencio (2016, p. 27)

No contexto em estudo podemos notar ainda o que no discurso fica pressuposto ou subtendido, o que não está dito, mas existe e significa. Nesta breve análise buscamos perceber o que nas palavras está silenciado, o que neste discurso rico em significações não deve ser dito, porém, está por trás do que é verbalizado. Quando se diz algo, há uma escolha, quando se declara, outra coisa deixa de ser dita.

Nos referidos textos, o discurso caracteriza-se pela criticidade, onde os alunos questionam toda a sociedade, a classe dominante, o governo. Eles defendem uma educação inclusiva, e desse modo, são contrários à ignorância das pessoas e da escola frente ao desenvolvimento pedagógico dos alunos com surdez. Em contrapartida às ideias de respeito às diferenças, o que se percebe na sociedade, é uma minoria à margem do que a educação pode lhe oferecer. Distanciam-se, por exemplo, de uma universidade, fala-se em inclusão, mas fica silenciada a dificuldade em manter a pessoa com surdez crescendo em nível de escolaridade, seja por desmotivação ou por falta de perspectivas. Bastante considerável é o fato de existir a necessidade de adaptar os alunos ditos normais, a sala de aula e o ambiente escolar para bem receber os alunos surdos através da Libras, intérpretes etc. O que se materializa no Não-dito é exatamente que apesar de todo o esforço, existem também certos transtornos na concretização dessa escolaridade, assunto que não está na linguagem da educação inclusiva, por exemplo.

Inversamente à argumentação que é realizada nos textos, não é muito explorada a fala que defende uma educação especializada e individualizada para as pessoas com deficiência. Pouco foi citado sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que também faz parte dos textos legais da educação brasileira, como um modo de buscar desenvolver o itinerário escolar deste aluno. Neste tipo de formação, o aluno precisa estar além de inserido na sala de aula, com os demais, manter uma frequência em outro turno, para que possa ser acompanhado de maneira mais personalizada e de acordo com sua necessidade.

Não parece conveniente, num discurso sobre inclusão, discorrer a respeito das contrariedades que constitui inserir as pessoas com deficiência na sala de aula. Existem transtornos que precisam ser vividos e superados, porém, este tipo de consideração não é externado pelo ministério da educação, por exemplo. A receptividade deve dar lugar à intolerância, e não é enfatizando a dificuldade dos demais alunos ou professores nessa realidade. O que fica silenciado é, então, o fato de haver também a resistência dos demais alunos

Revista Língua & Literatura, v. 24, n. 43, p. 113-128, jan./jun. 2022.
Recebido em: 12 jan. 2022. | Aceito em: 20 maio. 2022.

em se adaptar à realidade peculiar da pessoa com deficiência, naturalmente uma realidade mais compassada, em tempos próprios.

Podemos classificar como constituinte do discurso Pedagógico a discussão encontrada nos textos, relativa às dificuldades em garantir a efetiva educação dos surdos, dificuldades essas que vão desde a aceitação desses indivíduos na escola, por parte da família ou da sociedade, até à comunicação entre educadores, colegas e comunidade escolar através da LIBRAS – segunda língua oficial do Brasil. Na próxima SD, podemos perceber um exemplo do que não está dito. Vejamos:

> *"Além disso, a ignorância social frente à conjuntura bilíngue do país é uma barreira para a capacitação pedagógica do surdo. Helen Keller – primeira mulher surdo-cega a se formar e tornar-se escritora – definia a tolerância como o maior presente de uma boa educação.(...) torna-se evidente o distanciamento causado pela inexperiência dos indivíduos em lidar com a mescla que forma o corpo social a que possuem". (R82017)*

No trecho uma interpretação possível é o fato de a autora deixar subentendido a não aceitação das pessoas a esse tipo de deficiência, uma vez que a mesma fala em ignorância quanto ao uso da Língua Brasileira de sinais, ou seja, há um preconceito disfarçado. Há ignorância, falta de interesse e, consequentemente, preconceito.

Um aspecto relevante para uma sociedade educacional diz respeito ao modo como as pessoas podem ou não aderir às propostas advindas dos órgãos representantes. O Brasil possui em sua conjuntura oficial de comunicação o bilinguismo: há, na modalidade escrita, a Libras e a Língua Portuguesa. Porém, na prática a língua de sinais funciona muito pouco, onde muitas vezes limita-se ao próprio surdo, encontrando barreiras para sua concretização.

Muito se ouve a respeito de inclusão no posicionamento das autoridades em educação. Nesse sentido, cria-se aos poucos uma aceitação para com as pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que tal educação vai ganhando espaço e naturalidade dentro de uma realidade um tanto precarizada. Em contrapartida pouco é percebido na sociedade tais pessoas exercendo uma profissão, ocupando cargos políticos, em posição de destaque em esfera nacional.

Em uma SD da redação uma aluna faz uma citação de Habermas, que diz: "incluir não é só trazer para perto, mas também respeitar e crescer junto com o outro". O que nos aponta para a necessidade de existir uma continuidade necessária e assistida.

Há uma mobilização necessária para que aconteça, de fato, a inclusão: salas de recursos multifuncionais, acessibilidade, veículos acessíveis para o transporte dos alunos etc.

Revista Língua & Literatura, v. 24, n. 43, p. 113-128, jan./jun. 2022.
Recebido em: 12 jan. 2022. | Aceito em: 20 maio. 2022.

tudo demanda planejamento, despesa, investimento na formação de professores, material didático adaptado e toda uma logística.

O decreto Nº 3.956, de 8 de Outubro de 2001, promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, visando também garantir a dignidade e igualdade tão presadas pela constituição.

Observando a ordenação mais recente, o decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011, Art. 1º determina sobre o dever do Estado com a educação especial que é efetivada através de várias medidas. O inciso IV, sobre o Atendimento Educacional Especializado, contempla a garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais, bem como no Art. 3º, Inciso I – Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes.

O que não está explícito no ordenamento jurídico brasileiro é justamente o fato de existir uma dificuldade a mais para garantir essa educação, seja em termos de permanência do aluno com deficiência na escola, seja em caráter de custo para a educação. Não seria ideologicamente viável para o governo evidenciar tais dificuldades uma vez que a educação especial já enfrenta muitos desafios no âmbito social e familiar.

Em Análise do discurso costumamos perceber a partir dos fatores observados nas Condições de produção, Interdiscurso, Formação ideológica/discursiva, e Não-dito, categorias aqui investigadas, como tal discurso se constitui. Em relação ao tema abordado percebemos que há uma enunciação típica da classe dominada: Os surdos e os desafios que circundam sua escolaridade e, consequentemente, sua aprendizagem, muitas vezes sendo vistos como inferiores. Há então um questionamento à classe dominante. Ademais, não se fala em escolas e universidades com turmas para surdos, facilitando o acesso deste grupo ao estudo. Seria algo inviável? Sabemos que existe a oferta de vagas destinadas a estes, no entanto muitas vezes não acontece a ocupação de fato.

O que não está exposto no discurso da inclusão é que existe uma infraestrutura escolar ainda fragilizada para atender às demandas da comunidade surda. Fala-se em ensino especializado e inclusivo trabalhando em conjunto, no entanto, não existe na escola profissionais como Intérprete de Libras para traduzir as aulas para os surdos. A formação do docente também é um ponto de vulnerabilidade, visto que o próprio profissional se encontra muitas vezes inseguro no que diz respeito ao aluno com necessidade particular, ou seja, existe um sistema pouco incluso no ambiente escolar. A falta de preparo do corpo docente é a principal

Revista Língua & Literatura, v. 24, n. 43, p. 113-128, jan./jun. 2022.
Recebido em: 12 jan. 2022. | Aceito em: 20 maio. 2022.

delas, não existindo a adequação da comunicação em Libras, recurso que garante a educação inclusiva.

Medidas pontuais como tradução de aulas em plataformas digitais não alcançam o contingente existente das pessoas que necessitam dessa assistência, que no Brasil alcança mais de 9 milhões de pessoas. Tais aulas deveriam ser ministradas/traduzidas na modalidade presencial, mas essa é uma lacuna existente, sem ser vista ou discutida a altura. O ensino bilíngue, recurso importante para que a criança surda avance na aprendizagem e na socialização, está previsto no Decreto nº 9.665/2019, porém ainda não chegou nas escolas, apesar de estar previsto no artigo 35, a criação de escolas bilíngues de surdos em todo o território nacional.

As escolas recebem alunos surdos mesmo não estando preparadas para isso, sobretudo na educação básica. Os principais desafios são os tipos de salas, material didático e a formação de profissionais.

7. Considerações finais

Nesta pesquisa, fizemos uma reflexão embasada em postulados da Análise do discurso francesa fundada por Michel Pêcheux, que possibilitou observar o modo como o discurso se construiu e o percurso que realizou com base nas categorias de análise de materialidades. É importante salientar que neste itinerário as ponderações são interpretações possíveis a respeito da temática, não objetivando esgotar o assunto e a maneira de o pensar.

A educação de surdos no Brasil muito já se desenvolveu, entretanto, pela realidade observada ainda há muito a se concretizar. A importância do percurso histórico evidencia-se, visto que os próprios candidatos ao Enem apoiam seu raciocínio em fatos reais, acontecidos nas escolas e meios educacionais do Brasil.

Ficou perceptível que nesta abordagem analítica, são relevantes as concepções históricas da educação para a manifestação de um discurso consistente. O interdiscurso e a formação ideológica são pilares para tal composição. Falar sobre preconceito em relação ao surdo possibilitou o desenvolvimento de uma argumentação coerente e produtiva.

Tendo em vista que nenhum discurso deve ser visto isoladamente, é necessário perceber em seu contexto seus desdobramentos e efeitos, bem como sentidos e significados, sua finalidade. Desse modo, o discurso engloba uma série de nuances capazes de envolver a objetividade e o prazer da análise através dos caminhos da linguagem, pois este na sociedade

Revista Língua & Literatura, v. 24, n. 43, p. 113-128, jan./jun. 2022.
Recebido em: 12 jan. 2022. | Aceito em: 20 maio. 2022.

possibilita a permanência ou não das regras sociais determinadoras das relações existentes, nos sentidos que muitas vezes ficam subentendidos e silenciados no dizer.

8. Referências

BRASIL. ***Constituição da República Federativa do Brasil.*** Brasília, DF, 1988.

FLORENCIO, A. M. G.; MAGALHÃES, B.; SOBRINHO, H. F. S.; CAVALCANTE, M. S. A.O. ***Análise do discurso: Fundamentos & práticas*****.** 1ª ed. Maceió: Edufal, 2016.

GARBE, Douglas de Souza. ***Acessibilidade às pessoas com deficiência física e a convenção internacional de Nova Iorque.*** Revista Unifebe, Balneário Camboriú, v.10, p. 95-104, jan/jun. 2012. Disponível em: http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/20121/artigo023. pdf.htm. Acesso em: 25 de Novembro de 2021.

Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/DAEB – Diretoria de Avaliação da Educação Básica. ***Redação no Enem 2017*** – Cartilha do Participante. Ministério da Educação – MEC. Brasília, 2017.

Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/DAEB – Diretoria de Avaliação da Educação Básica. ***Redação no Enem 2018*** – Cartilha do Participante. Ministério da Educação – MEC. Brasília, 2018.

LIMA, José Edson Ferreira. ***O discurso sobre o trabalho docente no texto jornalístico: sentido, história e memória.*** Maceió, 2018. Análise do discurso. UFAL.

MOREIRA, L. A. L. ***Linguagem, Discurso e Ideologia: a materialidade histórica e social dos sentidos***. In: CAVALCANTE. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira (ORG). LINGUAGEM, DISCURSO, IDEOLOGIA: a materialidade dos sentidos. Maceió: EDUFAL, 2017.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. ***História da Educação dos surdos no Brasil.*** Maringá: Seminário de Pesquisa do PPE, 2015. (Artigo)

ORLANDI, Eni. ***Análise do discurso:*** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni. ***Discurso e texto:*** formulação e circulação dos sentidos**.** Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. ***O Discurso***: Estrutura ou acontecimento. 3ª Ed. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. ***Semântica e discurso*****.** Uma crítica à afirmação do obvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

AMORIN, Rovênia. ***Políticas do MEC tornam-se referência na América Latina***. Portal do Ministério da Educação. Segunda-feira, 04 abril 2016. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/205-1349433645/35231-politicas-do-mec-tornam-se-referencia-na-america-latina >. Acesso: 12 mar. 2022.

DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001. ***Diário Oficial da União***. 09 Out. 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm >. Acesso: 12 mar. 2022.

DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. ***Diário Oficial da União.*** 17 Nov. 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm >. Acesso: 12 mar. 2022.

SOUZA, Ana Júlia Silva de. Assessoria de Comunicação Social do MEC. ***Enem 2017 oferece novos recursos para alunos surdos.*** Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33784 >. Acesso: 13 mar. 2022.